

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANDRÉA BRASIL KAVISKI

**O COTIDIANO DE UMA CASA DE PASSAGEM: TRABALHANDO O RESGATE
DA INDIVIDUALIDADE EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**

MATINHOS

2012

ANDRÉA BRASIL KAVISKI

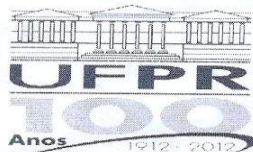
**O COTIDIANO DE UMA CASA DE PASSAGEM: TRABALHANDO O RESGATE
DA INDIVIDUALIDADE EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
ao Curso de Especialização em Questão
Social pela Perspectiva Interdisciplinar, Setor
Litoral, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Dra. Helena Midori Kashiwagi

MATINHOS

2012

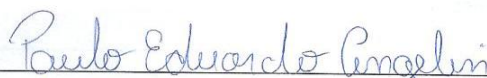


PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os membros da Banca Examinadora designada pela Orientadora, Professora Doutora **HELENA MIDORI KASHIWAGI**, realizaram em 20/12/2012 a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da estudante **ANDREA BRASIL KAVISKI**, sob o título "*O cotidiano de uma casa de passagem: trabalhando o resgate da individualidade em situação de acolhimento institucional.*", para obtenção do Título de *Especialista em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar* pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, tendo a estudante recebido conceito "APL".

Matinhos, 20 de dezembro de 2012.


Prof.^a Dra. Helena Midori Kashiwagi


Prof. Dr. Paulo Eduardo Angelin


Esp. Daniela Caetano Bianchini de Quadros


ANDREA BRASIL KAVISKI
Estudante

LEGENDA DE CONCEITOS	APL = Aprendizagem Plena	APS = Aprendizagem Parcialmente Suficiente
	AS = Aprendizagem Suficiente	AI = Aprendizagem Insuficiente

OBSERVAÇÃO:

CASO O(A) ESTUDANTE SEJA ORIENTADO(A) A REFORMULAR SEU TRABALHO, DEVE-SE REGISTRAR NO VERSO OS REQUISITOS APONTADOS PELA BANCA PARA O ACEITE FINAL DO TRABALHO.

474

O COTIDIANO DE UMA CASA DE PASSAGEM: TRABALHANDO O RESGATE DA INDIVIDUALIDADE EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Andrea Brasil Kaviski¹

RESUMO:

Este trabalho visa apresentar o cotidiano de uma Casa de Passagem e as novas configurações do serviço de acolhimento institucional, realizando um recorte com relação ao tema individualidade. Para desenvolvimento deste trabalho realizamos um breve resgate histórico da institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil, abarcamos desde os primeiros internatos ao Código de Menores de 1927, a criação do Serviço Nacional de Assistência aos Menores – SAM e sua extinção, a criação da FUNABEM, a reformulação do Código de Menores de 1979 até finalmente chegarmos a Constituição Federal de 1988 que garantia às crianças e adolescentes o status de sujeitos de direitos culminando em 1990 com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA este foi a concretização dos direitos já garantidos na Constituição Federal, conferindo que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar estes direitos. Analisamos que mesmo sendo a família o primeiro agente a ter o papel desta proteção esse núcleo familiar não tem dado conta de garantir estes direitos, negligenciando seu papel de protetor, muitas vezes por também estarem em situação de vulnerabilidade quanto a habitação, saúde, desemprego, drogadição e outras expressões da questão social, resultando muitas vezes no acolhimento de seus filhos, esta medida traz um sentimento para a família de culpa e impotência e para as crianças e adolescentes uma profunda dor com as mudanças que o acolhimento traz para suas vidas sendo essencial neste momento entender suas demandas em sua totalidade entre eles a necessidade de garantir sua individualidade e é nesta perspectiva que apresentamos este trabalho.

Palavras-chave: Acolhimento institucional, individualidade e identidade.

ABSTRACT:

This paper presents the everyday life of a House Passage and the new configurations of residential care service, carrying a cutout on the issue individuality. To develop this work, we conducted a brief historical institutionalization of children and adolescents in Brazil, We cover from early boarding to the Juvenile Code of 1927, the creation of the National Assistance for Minors - SAM and its extinction, the creation of FUNABEM, the reformulation of Minors Code of 1979 to finally get the 1988 Federal Constitution that guarantee children and adolescents the status of legal subjects culminating in 1990 with the enactment of the Statute of Children and Adolescents - ACE this was the fulfillment of the rights already guaranteed in the Federal Constitution, providing that it is the duty of the family, society and the State to ensure these rights. We analyzed that even though the family the first agent to have the role of protecting this core family has not given account to ensure these rights, neglecting its role as protector, often also are in vulnerable situations as housing, health, unemployment, drug addiction and other expressions of social issues, often resulting in the admission of their children, this measure gives a feeling for the family of guilt and helplessness and for children and teenagers with profound sorrow that the host brings change to their lives is essential now understand their demands in its entirety including the need to ensure its individuality and is in this perspective that we present this work.

Keywords: Residential care, individuality and identity.

¹ Assistente Social graduada pela Faculdades Integradas Espírita(2007). Atualmente servidora pública municipal da Prefeitura Municipal de Piraquara/PR, atuando na Casa de Passagem Elvira Lorusso do Nascimento. Artigo apresentado para avaliação final do Curso de Especialização em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar – Turma 2011.

INTRODUÇÃO

A justificativa para o presente trabalho surgiu da nossa prática diária atuando como assistente social na Casa de Passagem Elvira Lorusso do Nascimento, localizada no município de Piraquara, durante o período de maio a novembro do ano de 2012.

Observamos que neste serviço de acolhimento institucional os direitos básicos das crianças e adolescente são garantidos tais como: alimentação, saúde, educação, cultura, esporte, lazer, preservação de vínculos familiares e comunitários, porém vamos delimitar este trabalho focando a necessidade do resgate e da preservação da individualidade e da identidade das crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional.

De acordo com o artigo 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente o acolhimento é aplicado sempre que os direitos reconhecidos nessa Lei forem ameaçados ou violados, seja por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis; em razão de sua conduta, ressaltando ainda no seu artigo 101 parágrafo 1º, que o acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para a reintegração familiar ou, não sendo possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade.

Em conformidade com o que está na Lei esta medida de proteção só deveria ser aplicada quando todos os recursos tiverem sido esgotados, porém observamos que muitas vezes o acolhimento se concretiza sem terem sido esgotadas todas as possibilidades, desconsiderando que por melhor que seja a instituição o rompimento de vínculos familiares e comunitários podem trazer danos irreversíveis no desenvolvimento do acolhido, visto que ao ser inserido em um serviço de acolhimento a criança ou o adolescente já perde um pouco de seu referencial de vida.

As crianças e adolescentes quando adentram em um serviço de acolhimento estão muito fragilizados, com um ou mais de seus direitos violados, muitos trazem consigo além das marcas físicas e psicológicas, alguns pertences sejam eles roupas, sapatos, brinquedos, fotos ou algo que tenha algum significado afetivo e emocional, observamos que estes pertences não são respeitados e o que era pessoal e particular passa a ser de uso coletivo, desrespeitando o valor emocional que aquele objeto tem para o acolhido.

A proposta e o objetivo geral é analisar os resultados obtidos pós implantação de um projeto educativo pedagógico em que os pertences dos acolhidos são tratados de forma diferenciada denominado “Escolha Sua Cor” o qual implantamos na Casa de Passagem Elvira Lorusso do Nascimento envolvendo crianças, adolescentes, educadores, cuidadores, agentes operacionais e a equipe técnica assistente social e pedagoga visando a preservação e o resgate da identidade e a da individualidade, trabalhando a idéia da diferenciação entre “o meu, o seu e o nosso”.

Tendo também como objetivos específicos relatar o histórico da Casa de Passagem, público atendido, estrutura física e organizacional, descrever o projeto implantado, apresentando as etapas iniciais, os dados atuais e apresentar a análise dos resultados obtidos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica deste trabalho se constrói baseada na legislação vigente que normatiza o serviço de acolhimento institucional e familiar, bem como outros suportes desta temática.

Para iniciarmos este trabalho faz-se necessário entender que as crianças e adolescentes só passaram a serem considerados sujeitos de direitos a partir da Constituição Federal de 1988 em seu artigo 227, porém para serem respeitados e cumpridos houve a necessidade de um trabalho mais abrangente que conseguisse abarcar não só estes direitos e sim garantir que as crianças e adolescentes fossem vistos e entendidos em sua totalidade, olhando estes seres com carinho para o presente, visando a concretização de todos os seus direitos, mas também lhes conferindo responsabilidades sob seus atos, nascendo então o Estatuto da Criança – Lei 8069/90, que foi considerado um marco na legislação brasileira.

A trajetória da garantia de direitos foi se consolidando através da LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social em 1993, a aprovação da PNAS – Política Nacional de Assistência Social em 2004, em 2005 a implantação do SUAS - Sistema Único de Assistência Social que organiza as ações da assistência social em dois tipos a Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, em 2009 a aprovação da Tipificação Nacional de Serviços organizando por níveis complexidade do SUAS em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade.

Nosso trabalho está no âmbito da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, por ser um serviço de acolhimento institucional, cabe trazer em tela o que consta na tipificação para entender o que é? e o por que da aplicação desta medida?.

Segundo a Tipificação Nacional de Serviços Sócio assistenciais traz em sua descrição geral que o acolhimento é realizado em diferentes tipos de equipamentos como segue destinado a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral. A organização do serviço deverá garantir privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de: ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual.

Quanto ao acolhimento para Crianças e Adolescentes, a Tipificação tem a seguinte descrição específica:

Acolhimento provisório e excepcional para crianças e adolescentes de ambos os sexos, inclusive crianças e adolescentes com deficiência, sob medida de proteção (art.98 do Estatuto da Criança e do Adolescente) e em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção. As unidades não devem distanciar-se excessivamente, do ponto de vista geográfico e socioeconômico, da comunidade de origem das crianças e adolescentes atendidos. Grupos de crianças e adolescentes com vínculos de parentesco – irmãos, primos, etc., devem ser atendidos na mesma unidade. O acolhimento será feito até que seja possível o retorno à família de origem (nuclear ou extensa) ou colocação em família substituta.

Para entendermos o que é uma Casa de Passagem é necessário trazer um pequeno resgate histórico da trajetória das crianças e adolescentes de como se permeavam as relações do Estado com a Infância e adolescência no Brasil.

No Brasil após abolição da escravatura, houve o início e o aparecimento das primeiras das manifestações da questão social, atingindo principalmente as famílias de ex-escravos, eles foram abandonados a própria sorte, não houve nenhum tipo de proteção, sem emprego para prover suas necessidades passaram a mendigar, mulheres e crianças foram abandonadas nas ruas, houve um aumento significativo da violência, surgindo então a necessidade de criarem um local para abrigar estas crianças, como forma de esconder esta população indesejada das vistas da sociedade.

Em nosso país a prática de encaminhar crianças e adolescentes pobres para os chamados “internatos de menores” ganha força a partir do final do século XIX.

A fácil retirada da criança de sua família para essas instituições criou uma verdadeira cultura da institucionalização. Isso porque, a despeito dos discursos sobre a internação de crianças e adolescentes como um último recurso, a prática permaneceu recorrente até os finais do século XX. (RIZZINI, 2007:31) .

Nesta época haviam também os bebês indesejados, geralmente filhos de famílias que não tinham condições financeiras sustentar seus filhos ou ainda, os filhos de damas da sociedade geralmente filhas de famílias tradicionais que engravidavam solteiras a família por sua vez levava suas filhas para locais longe da sociedade, após o nascimento estes bebês eram colocados nas Rodas dos Expostos ou Roda dos Enjeitados, neste período os cuidados e a proteção das crianças ficavam sob a responsabilidade da igreja católica, onde as crianças cresciam nos orfanatos, a fim de evitar crianças abandonadas pelas ruas.

Posteriormente essas demandas também passaram à serem de responsabilidade do Estado que buscavam formas de resolver o que fazer com estas crianças e adolescentes abandonados pela família e pela sociedade, passamos pelo Código de Menores em 1927, assinado por Washington Luis, que tinha uma visão jurídica repressiva e moralista, seguido pela criação do Serviço Nacional de Assistência aos Menores (SAM) entre 1930 a 1945, tendo como proposta a prevenção, assistência e regeneração de situações irregulares.

O SAM foi extinto em 1964, passando a se denominar Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM), este já apresentava uma proposta diferenciada não mais sob a ótica da correção e repressão e sim com perfil assistencialista, propiciava aos institucionalizados cursos profissionalizantes visando o mercado de trabalho, porém os motivos das institucionalizações eram os mesmos focando crianças e adolescentes que viviam dentro de contexto familiar de abandono, orfandade, dissoluções familiares, ausência de um de seus genitores, alcoolismo e situação de pobreza em que a própria família os entregavam na instituição, como consta na literatura consultada em que lê-se o perfil dos institucionalizados na FUNABEM.

Foram internados por ação do Juizado de Menores, pela família ou por terceiros. Segundo os prontuários e entrevistas, os motivos alegados para o internamento foram: falta de condições econômicas dos pais, desajustes familiares, doença física ou mental dos pais, ausência dos pais e abandono pelas famílias. (CAMPOS, 1984:39)

Em 1979 Ano Internacional da Criança foi promulgado o novo Código de Menores, com poucas modificações do anterior, colocava ainda a criança e o adolescente e sua família como estarem em situação irregular.

O Código de 1979 define como situação irregular a privação de condições essenciais à subsistência, saúde e instrução, por omissão, ação ou irresponsabilidade dos pais ou responsáveis; por ser vítima de maus tratos; por perigo moral, em razão de exploração ou encontra-se em atividades contrárias aos bons costumes, por privação de representação legal, por desvio de conduta ou autoria de infração penal. (FALEIROS, 1995:81).

Em 1988 a Constituição Federal de 1988, traz em seu artigo 227 que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A trajetória foi longa na busca de garantir os direitos das crianças e adolescentes e finalmente em 1990 o Estatuto da Criança e Adolescente – ECA foi promulgado. Sendo então a concretização do artigo 227 da Constituição Federal, reconhecendo a criança e o adolescente como cidadãos de direito, estabelecendo articulação entre o Estado e a sociedade civil.

A institucionalização de crianças e adolescentes após esta longa trajetória de luta na garantia dos direitos das crianças e adolescentes, passou por grandes mudanças, pois segundo o texto do ECA , Art.19 :

Toda criança ou adolescente tem direito de ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes. (Brasil, Lei 8069, 1990)

Por ser um direito garantido da criança/ adolescente ser criado no seio de sua família o acolhimento institucional só realizado em caráter excepcional, sendo uma medida de proteção e não de restrição de liberdade, aplicado apenas em situações de grave risco a integridade física e ou/psíquica, sendo que o afastamento do convívio familiar é de caráter temporário, com vistas a reinserção familiar, ocorrendo quando os direitos das crianças e adolescentes são violados, sendo eles negligência, maus tratos, perda dos genitores, situação de rua o ainda abandono familiar, sendo encaminhados para equipamentos apropriados na maioria das vezes em Casas de Passagens, pois como o próprio nome diz o acolhimento deve ser de

caráter provisório e temporário, não sendo possível a permanência por mais de dois anos.

Paralelo ao acolhimento a equipe técnica interdisciplinar do serviço de acolhimento elabora um Plano de Atendimento Individual e Familiar, neste plano constará objetivos, estratégias e ações a serem trabalhadas com a família com vistas a superar os motivos que levaram as crianças e adolescentes a situação de acolhimento, pois na maioria dos casos a própria família é o agente violador de direitos. Em alguns casos é realizado articulações com outras políticas públicas como a saúde, educação, trabalho, habitação e outros serviços sócio assistenciais.

A articulação com outras políticas públicas é essencial na maioria dos casos visto que muitas vezes a situação de vulnerabilidade da família está intrinsecamente ligada a falta de condições habitacionais, falta de creches, o desemprego, a falta de condições financeiras, a drogadição, além de outras expressões da questão social, estas situações muitas vezes levam a situações de violência, abandono e negligência.

Decifrar as novas mediações por meio das quais se expressa a questão social, hoje, é de fundamental importância para o Serviço Social em uma dupla perspectiva para que se possa tanto apreender as várias expressões que assumem, na atualidade, as desigualdades sociais sua produção e reprodução ampliada, quanto projetar e forjar formas de resistência e de defesa da vida. (IAMAMOTO, 1999; 28)

Durante o período em que a criança e o adolescente estiver em situação de acolhimento, ele tem o direito de ser cuidado e protegido, além de outros direitos assegurados no ECA como ter atendimento personalizado, preservação de sua identidade, preservação de vínculos familiares e comunitários, atendimento a sua saúde, lazer, educação e entre eles está a relação de seus pertences que possibilitem sua identificação e a individualização do atendimento.

Com relação aos pertences muitas vezes este direito é violado, não por negligência do serviço de acolhimento e sim pela grande rotatividade de acolhidos, pela falta de organização e pela troca de turno, o que faz com que o profissional não consiga identificar de quem é aquele objeto ou vestimenta, e apesar de todas as mudanças nos serviços de acolhimento institucional este fato está presente há muito tempo como a fala de um adolescente acolhido na FUNABEM no ano de 1984 em que o menor reclama que dificilmente são devolvidas todas as peças de roupa suja

mandada para a lavanderia: “...se manda cinco, vem duas...é tudo igual...é tudo a mesma coisa da gente, aí mistura e vem outra...”(CAMPOS, 1984; 91).

METODOLOGIA DA ANÁLISE

Este trabalho iniciou-se através de pesquisa documental optando-se pela coleta de dados para realizar o resgate histórico deste serviço de acolhimento, e por tratar-se da implantação de um projeto teve como opção metodológica a observação sistemática do cotidiano do objeto de estudo, além da escuta de servidores e as crianças e adolescentes acolhidos.

Quanto a literatura impressa nos apoiamos em literaturas que regulamentam as entidades que desenvolvam programas de acolhimento familiar ou institucional entre eles o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, Livro Orientações Técnicas: Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes-MDS, além de outras referências citadas na referência bibliográfica.

HISTÓRICO DA CASA DE PASSAGEM

A Casa de Passagem Elvira Lorusso do Nascimento é uma instituição pública criada e mantida pela Secretaria Municipal de Assistência Social. Surgiu em 1998 a partir de uma ação civil pública movida pelo Conselho Tutelar permanecendo municipalizada até 2005, quando então foi terceirizada, ficando sob a gerência da Casa de Recuperação Esperança- CRE. Em julho do ano de 2010 novamente passa a ser gerida pela Prefeitura Municipal de Piraquara.

A Casa de Passagem é uma medida de proteção especial, de caráter provisório e excepcional, utilizável como forma de transição para posterior colocação de crianças e adolescentes em famílias substitutas ou reinserção familiar. Tal medida não implica em privação de liberdade. O Serviço de Acolhimento Institucional atende preferencialmente criança e adolescente em situação de risco. Não é permitido o acolhimento de adolescentes em conflito com a lei, pois não configura medida de internação privativa de liberdade, bem como não é permitido o acolhimento de crianças ou adolescentes que encontram-se em situação de dependência química ou que apresentam transtornos mentais tendo em vista a necessidade de garantir a segurança e a não revitimização dos acolhidos e a falta

de condições (estrutura física e profissional) para atendimento e proteção adequados aos que apresentarem tais características e necessidades específicas.

A presente instituição possui capacidade para acolher temporariamente, em regime especial e de urgência, pelo período máximo de 6 (seis) meses, até 20 (vinte) crianças e adolescentes que se encontrem nas seguintes situações:

I - abandono familiar e situação de rua;

II - perda dos genitores ou responsáveis;

III - vítimas de negligência, maus-tratos, exploração e/ou abuso sexual, crueldade e opressão. Situações estas que devem ser preferencialmente analisadas pela equipe técnica do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), com encaminhamento do Conselho Tutelar, ou ainda através de determinação judicial. O tempo na casa somente poderá ser estendido por determinação judicial.

Quando o acolhimento realizar-se em caráter emergencial e/ou de urgência, sem estudo prévio de profissionais competentes para avaliar a necessidade, o mesmo deverá ser realizado pela equipe técnica em até 20(vinte) dias após o acolhimento, a fim de avaliar o quadro situacional.

A Casa de Passagem Elvira Lorusso do Nascimento atende somente a demanda do Município de Piraquara está localizada em um bairro residencial do Município de Piraquara, dentro do mesmo complexo onde funcionam: escolas; Centro Municipal de Atendimento Interdisciplinar (CMAIE); APAE; etc. Sua localização tem proximidade com Centro Municipal de Educação Integral (CMEI), unidade de saúde, escola municipal e escola estadual.

Estrutura organizacional

A Casa de Passagem para cumprir e executar suas finalidades conta com a seguinte estrutura organizacional:

a. Coordenação Geral, representado pela Secretaria Municipal de Assistência Social;

b. Coordenação do Serviço de Acolhimento Institucional;

c. Equipe Técnica Própria composta por 1 psicóloga, 1 assistente social, 1 Pedagoga contando também com a participação da Equipe Técnica do Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS

d. Apoio Institucional é composto por 1 auxiliar administrativo, 5 cuidadores, 18 educadores, 6 agentes operacionais e 1 motorista.

e. Apoio externo, com atendimentos ligados à saúde, assistência social, esporte, lazer, educação, ensino profissionalizante, arte, cultura e ensino religioso.

Estrutura Física

A estrutura da Casa de Passagem, foi recentemente reformada, em 2010, conta com um quintal com gramado; (a possibilidade de utilização de) uma quadra de areia; um refeitório; uma cozinha com dispensa (de acesso restrito ao cozinheiro); um banheiro para funcionários; um banheiro masculino e um banheiro feminino para as crianças/ adolescentes acolhidos(as); um escritório com subdivisão em um banheiro e três salas caracterizadas em: recepção; sala da coordenação; e sala administrativa; uma sala de recreação; uma biblioteca (em processo de montagem); um depósito para limpeza (de acesso restrito); uma lavanderia; um depósito geral (com acesso restrito); uma sala de apoio aos educadores; uma sala (de acesso restrito aos educadores) onde são mantidas algumas roupas das crianças, bem como lençóis, toalhas e alguns itens de uso diário que não podem estar sob posse das crianças nem ao alcance nos banheiros (shampoo, condicionador, sabonete, algodão, etc). Além destes espaços comuns a estrutura da presente instituição conta ainda com 4 quartos e 3 suítes destas uma destinada ao acolhimento excepcional de mãe acompanhada de seus filhos quando em situação de risco para a violência doméstica, assim como previsto na Lei 11.340/2006 Maria da Penha, a outra ocupada como quarto masculino, e a última como berçário.

PERFIL DOS ACOLHIDOS

Constituem-se público alvo para acolhimento institucional crianças e adolescentes em medida protetiva de (caráter excepcional e provisório) abrigo com as quais tenham sido esgotados todos os recursos para manutenção em sua família de origem, extensa ou comunidade. Atualmente a Casa de Passagem tem atendido um número maior que a capacidade da estrutura física e técnica para um

atendimento de qualidade, esta superlotação é resultado de políticas públicas que não atendem integralmente as necessidades de auxílio as famílias em sua integralidade, sendo que a maior demanda é de filhos de pais usuários e dependentes de substância psicoativa em especial o crack, que em virtude de sua dependência negligenciam os cuidados e direitos essenciais para com seus filhos tais como alimentação, saúde, educação, lazer além de privá-los de receber amor, carinho e proteção, visto que mesmo existindo amor e afetividade estes pais não dão conta de exercer seu papel.

Geralmente quando ocorre a medida de acolhimento institucional ela é direcionada ao grupo de irmãos, visto que quando há uma negligência ela atinge todos do grupo familiar, conforme dados do quadro abaixo:

QUADRO POR GRUPO FAMILIAR E MOTIVO DO ACOLHIMENTO

Número de irmãos	Idades	Tempo de Acolhimento	Motivo do Acolhimento
4	9 anos 6 anos 3 anos 3 anos	3 anos 3 anos 3 anos 3 anos	Uso de crack e álcool pelos genitores.
4	10 anos 7 anos 5 anos 2 anos e 4 meses	2 meses	Uso de crack pelos genitores. 2º Acolhimento
1	9 anos	9 anos	Uso crack genitor
1	13 anos	2 anos	Negligência e Abandono
1	2 anos e 5 meses	2 anos e 2 meses	Uso de crack pelos genitores.
1	14 anos	11 meses	Negligência e Conflito Familiar
1	14 anos	9 meses	Genitora assassinada pelo tráfico
1	4 anos	6 meses	Negligência 2º Acolhimento
1	14 anos	10 meses	Violência Intrafamiliar
1	7 anos	8 meses	Genitora Alcoolista
1	7 meses	7 meses	Uso de crack pela genitora
3	12 anos 10 anos 7 anos	2 meses	Uso de crack pela genitora
4	16 anos 15 anos 12anos 38anos	2 anos	Uso de crack pelos genitores. 3º Acolhimento

Fonte: A autora (2012).

ATIVIDADES SÓCIO-EDUCATIVAS

A Casa de Passagem Elvira Lorusso do Nascimento oferece, através dos educadores, uma organização do trabalho na qual estão propostas atividades dirigidas e/ou supervisionadas dentro do espaço da Casa, ou atividades desenvolvidas pela rede municipal de assistência social, esporte, lazer e cultura. As atividades são sugeridas pela coordenação pedagógica a partir de estudos de caso feitos pela equipe técnica a partir dos relatos da equipe de apoio, sendo que os educadores têm também autonomia para propor atividades conforme suas habilidades e percepções.

As crianças/adolescentes acolhidos, após familiarizarem-se com sua situação provisória, são apresentadas e reforçadas a rotina diária de atividades geral da casa e a construção de sua rotina e agenda individual sendo que a criança/adolescente acolhido deverá realizar atividades externas ao menos duas vezes por semana, objetivando sua socialização e o fortalecimento de vínculo comunitário.

A VIDA NA CASA DE PASSAGEM

As crianças e adolescentes quando chegam na Casa de Passagem geralmente estão muito fragilizadas em função de todo o histórico de vida até aquele momento estão abaladas psicologicamente, pois muitas vezes não entendem o acolhimento como uma medida de proteção, e sim como uma medida punitiva, há neste momento um corte e uma separação de seu ambiente familiar e em especial de seus pais ou responsáveis e mesmo sofrendo muitas vezes em seus lares negligência, maus tratos, violências físicas e psicológicas sentem que fizeram algo de errado para estarem naquele local, não tem a percepção que não são eles e sim negligência de seus pais que ocasionaram aquela situação.

Inicialmente a equipe técnica realiza a escuta qualificada destes acolhidos muitos, apresentam um quadro de fragilidade física e/ou emocional, configurando a necessidade de um atendimento que não se limite aos procedimentos administrativos, mas de atenção e cuidados para que não sejam revitimizadas, além de observarmos as necessidades emergenciais com relação ao aspecto físico e posteriormente o encaminhamento para avaliação de saúde em local especializado.

Visando manter seus vínculos comunitários na medida do possível mantemos as crianças e adolescentes na mesma instituição de ensino que estavam antes do acolhimento.

Cabe também a equipe técnica elaborar o Plano de Atendimento Individual – (PIA) e Plano de Atendimento Individual e Familiar, este trabalho é realizado com as crianças e suas famílias ele é elaborado pela da equipe técnica composta por assistente social, psicóloga e pedagoga, este plano tem como objetivo identificar as situações que levaram a situação de acolhimento, sendo que logo após é realizado o estudo diagnóstico com ações e estratégias visando superar os motivos e as causas que levaram ao acolhimento.

O trabalho de acompanhamento familiar consiste em escutas, visitas domiciliares, realização de reuniões nas quais geralmente abordamos quanto as responsabilidades e deveres das mesmas, acompanhamento de visitas monitoradas dos familiares às crianças e adolescentes visando o fortalecimento e a manutenção de vínculos. Com relação ao processo judicial realizamos constantemente informações ao Poder Judiciário, constando as evoluções e adesões das famílias aos combinados, bem como a situação do acolhido, nestes informes realizamos pareceres quanto a possibilidade de retorno do convívio familiar ou a indicação para a destituição do poder familiar quando identificado que não há possibilidade de retorno ao convívio familiar.

Ressaltamos que logo após o acolhimento é realizada a lista de pertences com relação a roupas, sapatos ou algum objeto que para eles tem algum significado especial, e foi a partir da observação da vivência do dia a dia na Casa de Passagem que observamos que estes pertences tão significativos para eles, ao entrarem na Casa de Passagem perdem a titularidade de seus donos mas, nem por isso o significado para o acolhido.

Segundo as Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes é dever na instituição de acolhimento a organização de condições que favoreçam a formação de identidade da criança e do adolescente implica o respeito a sua individualidade e história de vida. O planejamento do atendimento no serviço deve possibilitar, portanto espaços que preservem a intimidade e a privacidade, inclusive, o uso de objeto que possibilitem a criança e ao adolescente diferenciar “o meu, o seu e o nosso”.

RESGATANDO A INDIVIDUALIDADE- “PROJETO ESCOLHA SUA COR”

Realizamos um recorte com relação aos pertences focando nas roupas trazidas por estes acolhidos que ao entrarem na Casa de Passagem são todas misturadas na lavanderia e devido ao número de acolhidos o profissional da lavanderia não tem como identificar a roupa de cada um, o que muitas vezes gera conflitos entre os acolhidos, e o que parece algo tão insignificante para os demais para a criança pode ser um problema a mais em sua vida já tão privada de tantas outras coisas, e esta percepção se deu através da fala de uma criança que chegou chorando muito no serviço social desta Casa de Passagem trazendo muita tristeza em sua fala quando disse: *“tia eu não ligo que usem minhas camisetas, minhas calças, mas o “J “ está com minha cueca marron que ganhei de presente de aniversário da minha madrinha ...”*

A partir desta fala passamos a observar como era realizado este procedimento aparentemente tão simples quando se trata de uma residência composta por uma família, porém complexa quando se trata de uma organização em que trabalham vários profissionais e com um número maior de residentes, lembrando que no ECA o direito de ter um tratamento personalizado está garantido conforme previsto no seu artigo 94 inciso IV em que se lê o seguinte: preservar a identidade e oferecer ambiente de respeito e dignidade ao adolescente.

Observamos que as crianças tiravam as roupas sujas e depositavam em um cesto no próprio quarto, o profissional da lavanderia as retirava do cesto, realizava o procedimento de lavagem, posteriormente outro profissional as guardava em um ambiente denominado como “roupeiro” neste local haviam várias estantes contendo divisórias identificadas com o nome de cada criança ou adolescente porém por trabalharem vários profissionais, com escalas e turnos diferentes, eles não tinham como identificar a quem pertencia tal vestimenta, utilizando-se como parâmetro apenas o tamanho da roupa para guardá-las e organizá-las. Este procedimento causava diariamente conflitos entre os acolhidos que ao verem que a sua roupa estava sendo utilizada por outro vinham nos questionar, sendo que em muitas ocasiões era necessário solicitar que o outro acolhido trocasse de roupa, esta situação que causava grande constrangimento.

O projeto iniciou-se no mês de maio/12 envolvendo primeiramente o profissional da lavanderia, dois cuidadores e duas educadoras, além de contarem com o apoio da equipe técnica.

A estratégia adotada primeiramente foi pensar em um projeto que envolvesse além dos profissionais os adolescentes e as crianças, mesmo as que não sabiam ler ainda, visto que escrever o nome nas roupas não funcionaria com elas, foi então que uma educadora pensou em algo ligado as cores que seria de fácil compreensão, passamos então para a segunda fase que era envolver os adolescentes e as crianças no projeto e solicitar junto a coordenação a mudança do regime de horário de uma das educadoras visando a construção e a continuidade do projeto em todos os dias da semana, pois com o regime 12x36 não haveria um educador referência que pudesse acompanhar este projeto com um caráter pedagógico dia a dia.

A terceira fase foi reunir as crianças e os adolescentes e passar a idéia para eles, expondo que seriam eles os sujeitos da mudança, o primeiro passo foi escolher o nome do projeto que foi batizado de “Escolha Sua Cor”, teríamos que executar o projeto com o mínimo de recursos existentes, primeiramente cada acolhido escolheu uma cor e esta seria pintada em todas as suas peças de roupas sendo de fácil visualização, a partir daí foi colocado um quadro na lavanderia com a cor escolhida por cada um, assim qualquer pessoa que tivesse uma roupa em suas mãos saberia a quem pertencia. A educadora os envolveu em um processo educativo criando com eles uma estante com o nome de cada um, os adolescentes participariam inclusive da lavagem e organização de suas roupas, as crianças auxiliariam na tarefa de dobrá-las e colocá-las nas estantes que foram instaladas no espaço da própria lavanderia visando o acompanhamento contínuo da educadora neste processo.

Paralelo a isto necessitaríamos adquirir guardaroupas individuais nos quartos, visto que anteriormente todas as roupas eram organizadas no “roupeiro” em que o próprio educador escolhia as roupas que as crianças e adolescentes iriam vestir não sendo respeitado nem sua autonomia de escolher o que queriam e nem mesmo saber se aquela peça lhes pertenciam.

Passamos então a solicitar doações de outros equipamentos de armários que seriam utilizados como guardaroupas, sendo que esta etapa também foi superada, com o recebimento das doações solicitadas.

Após a instalação dos guardaroupas em seus quartos as crianças e os adolescentes passaram a organizar suas roupas em um espaço seu onde guardavam não só suas roupas, mas também seus pertences que antes ficavam expostos e muitas vezes não respeitados pelos outros acolhidos, como as fotos de seus familiares, seus escritos onde registravam seus sonhos e projetos para o futuro.

Logo após o roupeiro foi eliminado sendo que futuramente aquele espaço possivelmente será utilizado como uma sala de informática.

Os adolescentes e as crianças foram se inserindo no projeto de forma gradativa e contínua passando a fazer parte de sua rotina diária o cuidado com seus pertences, oportunizando resgatarem parte de sua individualidade, visto que na situação de acolhimento eles tendem a perder um pouco de sua identidade mesmo sem intencionalidade eles vão aderindo aos costumes do grupo deixando o seu Eu de lado e se enxergando como Nós, eles não se vêem mais como uma única pessoa.

A seguir algumas fotos das fases da implantação do projeto.



FOTO 1: ANTIGO ROUPEIRO
FONTE: A autora (2012).



FOTO 2: ESTANTE ATUAL DA LAVANDERIA
FONTE: A autora (2012).



FOTO 3: QUADRO DE ROTINA CRIADO PELOS ADOLESCENTES.
FONTE: A autora (2012).

ANÁLISE DOS RESULTADOS

No referido período de maio a novembro de 2012 foi possível observar que a implantação do projeto “Escolha sua Cor” foi uma nova proposta de trabalho entre os educadores que a princípio não aceitaram bem a idéia por ser uma demanda a mais, pois ao chegar um novo acolhido eles tinham que de uma forma pedagógica envolver a criança ou adolescente neste projeto explicando os procedimentos e pintar junto o acolhido todas as suas peças de roupas trazidas ou mesmo as ofertadas pela Casa de Passagem.

Porém com o decorrer do tempo eles perceberam que o trabalho foi minimizado com este procedimento, já que não precisariam mais tentar adivinhar a quem pertencia tal peça de roupa.

As crianças e adolescentes aderiram bem a proposta e gostaram de terem seus pertences identificados, sentindo-se únicos e valorizados, além de terem sua privacidade e autonomia respeitadas. Percebemos ainda que, esta organização possibilitou o resgate da diferenciação para as crianças e adolescentes entre “o meu, o seu e o nosso”.

CONCLUSÃO

Ao término deste artigo, consideramos que conseguimos trazer um pouco do resgate histórico da institucionalização no Brasil.

As facetas e os avanços com relação a garantia de direitos no que tange as crianças e adolescentes com a Constituição Federal de 1988 conhecida como a Constituição Cidadã que confere as crianças e os adolescentes o status de sujeitos de direitos, e após dois anos a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente que regulamenta os direitos das crianças e adolescentes pelas diretrizes desta Constituição e a trajetória da Política Nacional de Assistência Social.

A diferenciação entre a institucionalização que era aplicada principalmente em razão da situação de vulnerabilidade da família como se esta fosse uma espécie de punição pela sua condição e o acolhimento como forma de proteção, sendo que esta medida só é aplicada apenas nas situações de grave risco à sua integridade física e/ou psíquica, e pelo menor tempo possível visando sempre o retorno ao convívio familiar.

O funcionamento de uma Casa de Passagem e a importância do tratamento individualizado com vistas a preservar a identidade dos acolhidos, e finalmente a apresentação de uma proposta que não supri todas as necessidades do tratamento individualizado, mas que pode ser o começo para identificar alguns anseios destas crianças e adolescentes acolhidos e provocar um olhar diferenciado para algumas demandas imperceptíveis no serviço de acolhimento institucional.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, A.V.D.S. **O menor institucionalizado um desafio para a sociedade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.

FALEIROS, V. Infância e Processo Político no Brasil . In: **A Arte de Governar Crianças.** Rio de Janeiro: Anais Livraria e Editora, 1995.

IAMAMOTO, M.V. **O serviço social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1999.

RIZZINI, I. **Acolhendo crianças e adolescentes:** experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil. Rio de Janeiro: Cortez, 2007.

_____. **Constituição Federal de 1988.** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente** e Legislação Complementar para Proteção Integral de Crianças e Adolescentes – Edição Comemorativa 2010.

BRASIL. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais** – Texto da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009 publicada no Diário Oficial da União em 25 de novembro de 2009.

Piraquara. **Projeto Político Pedagógico** da Casa de Passagem Elvira Lorusso do Nascimento – Secretaria Municipal de Assistência Social, 2012.

BRASIL. **Orientações Técnicas:** Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Brasília, 2009.